



GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DA POBREZA  
E DE POLÍTICAS DIRECIONADAS À POBREZA

OBSERVATÓRIO  
**SOCIAL E DO  
TRABALHO**

Ano: 05 (2017) N. 01

# Cadernos de Pesquisa

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS FAMÍLIAS  
EGRESSAS COM FOCO NAS MULHERES TITULARES DO BENEFÍCIO EM SÃO  
LUÍS/MA**

**Margarete Cutrim Vieira**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>02</b>
<b>2. POBREZA, GENERO E O PROGRAMA BOLSA FAMILIA.</b>	
<b>3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): DIMENSIONANDO SEUS IMPACTOS NA VIDA DE FAMÍLIAS E DE MULHERES RESPONSÁVEIS - síntese dos resultados da pesquisa de campo.....</b>	
<b>2.1 Impactos no trabalho e nas condições de vida das famílias beneficiárias do PBF .....</b>	
2.1.1 Impactos da qualificação profissional.....	
2.1.2 Impactos na educação dos filhos .....	
2.1.3 Impactos na saúde.....	
2.1.4 Impactos de outras ações complementares ao PBF .....	
2.1.5 Impactos do desligamento das famílias do PBF.....	
<b>4. OS SIGNIFICADOS SOBRE A AUTONOMIA DAS MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA (BF): percurso das mulheres no programa e após seu desligamento.....</b>	
<b>5. A MATERNAGEM E A RESPONSABILIDADE DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES.....</b>	
<b>6. CONCLUSÃO</b>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Este Caderno de Pesquisa, de publicação do Observatório Social e do Trabalho do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), apresenta os resultados da pesquisa empírica, intitulada *Impactos do Programa Bolsa Família na vida das famílias egressas com foco nas mulheres titulares do benefício em São Luís/MA*<sup>1</sup>, realizada no contexto de uma pesquisa mais abrangente: *Os Egressos do Bolsa Família no Maranhão: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas*<sup>2</sup>, desenvolvido com a coordenação da Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, no âmbito do GAEPP, em três (3) municípios<sup>3</sup> no Estado do Maranhão: São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar.

O estudo bibliográfico, que orientou as reflexões sobre os impactos do Programa Bolsa Família (PBF), foi associado à pesquisa empírica no sentido de fundamentar as análises dos possíveis impactos sobre as famílias egressas do Programa, em São Luís, com foco na mulher. Com isso, procurou-se problematizar os efeitos do Programa sobre os cotidianos de vida dessas famílias, enquanto uma questão para além da esfera privada, entendendo o papel do Estado como mediador das expressões da questão social na efetivação de direitos.

Refletir sobre os possíveis impactos do PBF na vida das famílias em situação de pobreza e, especialmente, das mulheres em São Luís<sup>4</sup>, onde a

---

<sup>1</sup> Esse Caderno de Pesquisa foi elaborado a partir da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que outorgou o título de Mestra em Políticas Públicas à autora.

<sup>2</sup> A referida pesquisa se situa no tema 2 indicado pela Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI no 24/2013 – Desenvolvimento Social: Bolsa Família - Estratégias para alívio e superação da pobreza, item 2.5 Caracterização dos egressos do Programa Bolsa Família, atributos pessoais, contexto regional, trajetória ocupacional, considerando: trajetória de trabalho antes e depois do Bolsa Família; mudanças nas condições de vida das famílias enquanto inseridas no Programa e após seu desligamento, em relação à alimentação, educação, saúde de seus membros e na posição da mulher na família. O espaço geográfico de estudo é o Estado do Maranhão, um dos estados mais pobres do Brasil, onde a população beneficiária dos programas sociais do Governo federal e especificamente o contingente de famílias inseridas no Programa Bolsa Família é bem acima da média nacional. (SILVA, 2014b).

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada nos três maiores municípios do Maranhão, em termos de população e do quantitativo de famílias beneficiárias do PBF, e contemplou São Luís, a capital do Estado, Imperatriz e São José de Ribamar.

<sup>4</sup> Em São Luís, conforme registros de abril de 2013 disponibilizados pelo Boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de *maio de 2013*, sobre o PBF, o município contava com 138.080 (cento e trinta e oito mil e oitenta) famílias registradas no Cadastro Único (CadÚnico) e, dentre estas, 79.176 (*setenta e nove mil, cento e setenta e seis*) famílias incluídas no Programa Bolsa Família, o que representou um percentual de 24, 33% da população do município e

população beneficiária do PBF é acima da média nacional, foi uma opção teórico-metodológica orientada para dar visibilidade a questões muito debatidas na sociedade, particularmente sobre os resultados do Programa e estereótipos a respeito do seu público. Analisando essas questões a partir dos próprios sujeitos que as vivenciam - as mulheres - e relacionando suas falas com o aporte teórico que fundamenta a pesquisa, foi intenção avaliar a sustentabilidade dos possíveis impactos do Programa na vida das famílias e das mulheres, em especial, egressas do PBF no período 2009/2013.

O objetivo da pesquisa, portanto, foi constatar nos depoimentos das mulheres, representantes legais das famílias, os possíveis impactos do Programa sobre as condições de vida da família nos campos do trabalho, da educação e da saúde, e especialmente das próprias mulheres, buscando identificar aspectos que indiquem o desenvolvimento de sua autonomia<sup>5</sup> impulsionados pela titularidade de beneficiária do PBF e responsável pelo cumprimento das condicionalidades, tendo em conta a situação social e histórica do feminino marcada por grandes desigualdades na sociedade brasileira. Esse aspecto possibilita abrir espaço para entender a relação dialética entre a produção e reprodução da vida na sociedade contemporânea e os mecanismos através dos quais a exploração de classe e a opressão de sexo se articulam.

Assim, a pesquisa buscou responder aos seguintes questionamentos: (i) Como o PBF alterou as condições de pobreza das famílias, hoje egressas? Essas alterações se sustentaram após o desligamento do Programa? e (ii) Como se expressa a questão de gênero nas intervenções do PBF?

Na busca de respostas aos questionamentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicas e coordenadoras de 05 (cinco) Centros de Referências de Assistência Social (CRAS)<sup>6</sup> e com a Secretária Municipal de

---

*102,70% do total estimado de famílias com perfil de renda para o Programa. Se compararmos com os dados de abril de 2016, de acordo com a mesma fonte de dados, o município tinha: 133.239 (centro e trinta e três) famílias registradas no CadÚnico e 81.664 (oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (23,46 % da população do município e 105,93% de cobertura). (BRASIL, 2013a).*

<sup>5</sup> Autonomia é aqui entendida como o exercício do direito da mulher de tomar decisões que julgue necessárias para a sua vida e suas relações sociais; é autodeterminação; é independência.

<sup>6</sup> As entrevistas e os grupos focais foram realizados em 05 CRAS de São Luís, entre os 10 da pesquisa realizada pelo GAEPP, no universo de 20 em funcionamento no município, e contemplaram os que tiveram maior número de egressos, identificados previamente. Foram eles: CRAS Liberdade; CRAS Bairro de Fátima; CRAS João de Deus; CRAS Vila Bacanga; e CRAS do Anjo da Guarda.

Assistência Social e realizados grupos focais<sup>7</sup> com responsáveis familiares (RF), egressos do PBF, para levantamento de dados empíricos, características ou variáveis qualitativas que indicassem impactos gerados pelo Programa, considerando o período em que as famílias nele estiveram inseridas, e relacionando seus efeitos com a realidade de vida e autonomia atual, após seus desligamentos.

Quanto à estrutura de apresentação, este Caderno, além da introdução, localiza concepções que servem como referencial teórico para o estudo, no capítulo 2, e no capítulo seguinte apresenta os resultados da pesquisa, onde são evidenciados os diversos aspectos e percepções extraídas das entrevistas e das falas dos sujeitos, nos grupos focais (GF) e entrevistas, dialogando com os referenciais teóricos. Por último, tem-se a conclusão, que destaca aspectos considerados relevantes, registrados no decorrer do texto.

## **2 POBREZA, GÊNERO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

As disparidades de rendas, de acessos e de oportunidades, no Brasil, se refletem especialmente na qualidade de vida da população, determinando sua expectativa de vida ao nascer, os índices de mortalidade infantil, o analfabetismo, as condições de moradia, o acesso ao conhecimento e a participação social e política nos rumos da sociedade, apesar dos avanços na tecnologia e na educação.

Essa desigualdade, que isola e coloca o cidadão em situação de desproteção, é um dos maiores problemas da sociedade e uma das principais causas dos conflitos entre as classes sociais, considerando que a pobreza é “[...] um fenômeno persistente na história da humanidade, fruto da expropriação e da exploração, fenômeno identificado mesmo nas formações sociais mais avançadas, inclusive em conjunturas econômicas favoráveis”. (SILVA, 2013b, p. 15).

É fato que a pobreza é decorrente das relações de produção, mas também é permeada por bases ideológicas funcionais à manutenção do modo de produção capitalista. E este dado indica um paradoxo entre a garantia imediata das

---

<sup>7</sup> Grupo Focal, ou entrevista de grupo, é um procedimento de pesquisa social que se situa no âmbito da pesquisa qualitativa, possibilitando, segundo Barbour (2009, p. 62) “[...] uma oportunidade de gerar dados que são bons candidatos à análise pela abordagem do interacionismo simbólico, que enfatiza a construção ativa do significado”. Objetiva identificar e examinar aspectos objetivos e subjetivos de uma dada situação, a partir dos pontos de vistas dos diferentes sujeitos que o integram.

condições básicas de sobrevivência e a defesa de projetos estruturantes de superação da pobreza.

Apesar de a pobreza constituir um problema de ordem estrutural, como bem lembram Gomes e Carloto (2011), por atingir homens e mulheres e constituir-se produto do conflito entre o capital e o trabalho, seus impactos são sentidos de maneiras diferentes pelos dois sexos. Nesse sentido, requer ações diferenciadas para o seu conhecimento e para o seu enfrentamento.

A realidade da pobreza que atinge homens e mulheres passou a ser considerada objeto de intervenção do Estado, mediante programas sociais não contributivos direcionados a famílias e a pessoas pobres e extremamente pobres no contexto da América Latina e do Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, registrando-se crescente prevalência do desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC)<sup>8</sup>. Nesse contexto, o PBF é o maior programa de enfrentamento à pobreza em implementação no Brasil, desde 2003.

O eixo mais imediato e visível do PBF, sem dúvida, é o benefício monetário. Entretanto, sua estratégia é bem mais complexa, sendo concebido também como eixo articulador de um conjunto de ações complementares, voltadas para o desenvolvimento de capacidades das famílias beneficiárias, tendo em vista a superação de suas condições de pobreza.

O estabelecimento de condicionalidades, vinculadas às políticas estruturantes (educação e saúde) apresenta o Programa como uma intervenção social que visa em longo prazo, proporcionar aos seus beneficiários as condições necessárias para a geração autônoma de renda e autonomia das famílias, e das mulheres, configurando-se como um investimento no capital humano.

Toma-se como referência a compreensão de que as desigualdades de gênero constituem um importante fator de agravamento das condições de precariedade e pobreza em que vive grande parcela da população feminina. Isso coloca a necessidade de refletir sobre como o Estado brasileiro tem investido em políticas públicas, focalizadas na família e nas mulheres, especificamente, e como o PBF pode contribuir com o empoderamento e autonomização da mulher.

A concepção de gênero considerada no presente estudo se fundamenta na sua compreensão enquanto relações sociais, construídas historicamente, social e

---

<sup>8</sup>Sobre PTRC na América Latina e Caribe, ver Silva (2014a).

culturalmente, a partir dos papéis sociais diferenciados que são estabelecidos na sociedade. Compreende-se que o sexo descreve as características e as diferenças biológicas, relacionadas à anatomia e à fisiologia do homem e da mulher, enquanto o gênero engloba as diferenças socioculturais existentes entre o sexo feminino e o masculino, historicamente construídas.

Segundo Lauretis (1994), as concepções de masculino e feminino, em cada cultura, expressam um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. O autor defende que, embora os significados possam variar em diferentes culturas, qualquer sistema que relacione sexo e gênero está sempre inter-relacionado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade.

As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que alimenta relações de poder, traduzido por um consenso quase generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina, sobre a feminina, embora não signifique que essa imposição de papéis e comportamentos tenha sido incorporada de forma automática, ao longo da história. Ao contrário, à medida que são impostas, conflitos e resistências vão sendo confrontados com os limites concretos de sua imposição, ocasionando muitas vezes violência psicológica, física e sexual.

Nesse sentido, concordamos com Saffioti (2004) quando considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A autora defende o uso do termo patriarcado por considerar que ele revela uma relação hierarquizada que está presente em todos os espaços sociais, afirmando que se constitui em uma relação civil e não privada. Assim, o termo patriarcado reflete uma historicidade da presença e exercício da dominação do homem sobre a mulher, que vem sendo discutida e enfrentada por diferentes sujeitos na perspectiva de desnaturalizá-la a partir da sua identificação enquanto construção social e cultural, como um *sistema* ou como uma *forma* de dominação. (MACHADO, 2000).

Desde 2003, as Conferências de Políticas para as Mulheres apresentavam demandas que se constituíram em parâmetros para a formulação de políticas públicas na perspectiva de gênero, de forma transversal e intersetorial. A partir de então, vem sendo colocados na agenda pública a necessidade de reflexões

sobre as condições das mulheres em nossa sociedade e formas de enfrentamento e transformações das relações estabelecidas com base nas diferenças sexuais.

Embora não se possa afirmar que o PBF tenha sido pensado e instituído sob uma perspectiva de gênero, haja vista a recomendação da Conferência de Beijing (1995)<sup>9</sup> para as políticas públicas transversais<sup>10</sup>, um dos seus critérios, a titularidade do cartão de benefícios, que é concedida prioritariamente à mulher, tem gerado impactos sobre suas vidas, influenciando nas relações de gênero.

As bases definidoras dessa prioridade estão assentadas na justificativa de que as transferências de recursos efetuadas para as mulheres contribuem para maior autonomia decisória no contexto familiar e possibilita melhor aplicação dos recursos recebidos para atender às necessidades dos filhos. A explicitação da prioridade à mulher está no texto da Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004 que criou o PBF, parágrafo 14: “O pagamento dos benefícios, previstos nesta Lei, será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento”. (BRASIL, 2004).

Nesse aspecto, o PBF ocupa bastante espaço no debate público, sendo outra questão a considerar no estudo - o significado das condicionalidades sob o olhar das mulheres - haja vista que, ao entrar no Programa, a família assume compromissos com o cumprimento das condicionalidades fixadas e a titular do benefício é responsável por sua gestão.

Na área da saúde, deve ser mantido o cartão de vacinas atualizado e o acompanhamento o crescimento de crianças de até 07 (sete) anos. Quando gestantes, as mulheres devem fazer regularmente o pré-natal. Na educação, a titular do benefício é responsável pela manutenção das crianças na escola, garantindo uma frequência mínima de 85% para crianças de 5 a 15 anos e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Na área da assistência social, a obrigação é com a frequência de 85%, de crianças e adolescentes, retirados da condição de trabalho infantil, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ou em outras atividades socioeducativas (BRASIL, 2014).

---

<sup>9</sup> A Conferência de Beijing é considerada o marco das conquistas feministas no plano das relações internacionais e de sua influência na elaboração de documentos, declarações, tratados e políticas de gênero e políticas transversais.

<sup>10</sup> Por transversalidade nas políticas de gênero, Bandeira (2005) entende a ideia de uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências políticas, institucionais e administrativas, responsabilizando os agentes públicos em relação à superação das desigualdades de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo, de forma a garantir uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e um aumento da eficácia das políticas públicas.

É importante ressaltar que o fato de as políticas públicas ocasionarem mudanças nas relações de gênero, não significa, necessariamente, que estas mudanças ocorram em favor da equidade dessas relações. Ao se propor políticas públicas de gênero, torna-se necessário estabelecer o sentido das mudanças que se pretende alcançar, sobretudo, se objetivam empoderamento e autonomia das mulheres.

Conforme Farah (2004), as políticas públicas com recorte de gênero são as que, de fato, reconhecem as diferenças de gênero e, com base nesse reconhecimento é que o Estado deve executar ações diferenciadas, evidenciando sua disposição e capacidade para contribuir com a redistribuição de riqueza e poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes e gerações.

Nesse sentido, é importante compreender a diferença entre políticas públicas de gênero e políticas públicas para as mulheres. Bandeira (2005, p. 47) esclarece sobre o que difere uma da outra, afirmando que “[...] as políticas públicas para as mulheres apresentam uma perspectiva restrita, pontual, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino”.

As políticas públicas de gênero, ao contrário, apresentam uma perspectiva relacional e crítica que considera a diversidade dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, a natureza dos conflitos e das negociações produzidas nas relações interpessoais que se estabelecem entre homens e mulheres, entre homens ou entre mulheres e, ainda, envolvem a dimensão da subjetividade feminina, que passa pela construção da sua condição de sujeito.

Assim, busca-se, a seguir, refletir como a transferência de renda e sua articulação com políticas estruturantes, no PBF, contribuem com a redução do quadro de pobreza das famílias, na medida em que têm como objetivo a emancipação das famílias pobres, considerando que, dos maiores desafios, parece ser a superação sustentável da situação de pobreza em que se encontram, quando inseridas no Programa, para além do que o benefício financeiro possa proporcionar no atendimento às necessidades imediatas. Objetiva, também, refletir sobre sua contribuição, ao priorizar a mulher como titular do cartão, responsável pelo cumprimento das condicionalidades, para a transformação das desigualdades de gênero ou para a reafirmação dos papéis sexuais estabelecidos.

### **3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): DIMENSIONANDO SEUS IMPACTOS NA VIDA DE FAMÍLIAS E DE MULHERES RESPONSÁVEIS: síntese dos resultados da pesquisa de campo**

Procura-se identificar os possíveis impactos do PBF na vida de famílias egressas e, especialmente das mulheres, responsáveis familiares junto ao Programa, a partir de seus relatos de vida e da percepção que têm desse processo na linha do tempo: antes, durante o período em que a família esteve inserida no PBF e após seu desligamento. Nesse sentido, reflete-se sobre a indução que o Programa possa ter realizado, no trabalho e na renda, na educação e na saúde das famílias e na vida das mulheres, sob o ponto de vista da sua autonomia quando lhe é credenciada a titularidade do cartão de benefício e a gestão das condicionalidades do referido Programa, no espaço familiar. Apresenta-se, ainda, importantes dimensões, evidenciadas durante a realização dos grupos focais, que possam ter impactado as condições de vida das famílias como o desligamento do Programa, a qualificação profissional e o acesso a programas complementares ao PBF.

Para prosseguir as reflexões propostas, registra-se que significativo número de mulheres, cerca de 60% das entrevistadas, se autodeclararam separadas, solteiras e viúvas. Dentre estas, vale ressaltar a presença de algumas avós e tias que assumiram a maternagem dos netos e sobrinhos, por impossibilidades diversas das respectivas mães. Igualmente, convém registrar que ao localizar-se o período de inserção das famílias entrevistadas e o seu tempo de permanência no PBF, se identificou que o acesso à transferência de renda ocorreu, para algumas famílias, a partir do Programa Bolsa Escola do município de São Luís, implantado durante o Governo do Prefeito Jackson Lago (2000/2003)<sup>11</sup>, e que expressivo número de famílias permaneceu, em média, 8 anos no PBF.

---

<sup>11</sup>O Programa Bolsa Escola, no município de São Luís, foi instituído pela Lei nº 3.983, de 13 de setembro de 2001, e sua gestão foi de exclusiva responsabilidade do município até sua incorporação ao PBF, em 2004, cujo propósito do governo federal foi de unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda, no Brasil.

### 3.1 Impactos no trabalho e nas condições de vida das famílias beneficiárias do PBF

O relato que as famílias fizeram das suas trajetórias de trabalho em São Luís representa a história de vida de parte significativa dos trabalhadores brasileiros, e maranhenses, indicando a permanente oscilação entre existência e ausência de trabalho e, muitas das vezes, a total falta de rendimento por parte das famílias empobrecidas, público do PBF.

A grande maioria das famílias, quando entrou no PBF, se encontrava realizando trabalhos informais, temporários. Algumas poucas com trabalho regular e vínculo empregatício formal, porém vivendo as privações decorrentes do baixo rendimento *per capita*, principal critério para acessarem o Programa. É possível constatar esse fato nos relatos das mulheres durante os grupos focais realizados nos territórios referenciados aos CRAS inseridos na pesquisa.

Eu sou separada há muito tempo. Eu vendia confecção, agora que eu parei mais, vendia suquinho, cremozinho, até hoje eu ainda vendo na minha casa, às vezes lavava pra um, lavava pra outro, pra poder sobreviver, sustentar meus filhos, nunca trabalhei empregada. Hoje eu ainda continuo a vender minhas coisinhas, às vezes pego colcha, perfume pra vender pra ganhar comissão, tudo isso eu faço. Eu fiz um curso aqui mesmo no Bacanga, de salgados. (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Minha trajetória antes do Bolsa Família, antes de receber, eu ainda não trabalhava de carteira assinada, minha prima tinha um negócio de eventos aí eu trabalhava com ela, ajudava a organizar as festinha, fazia bico também de faxina, não tinha nada fixo [...] Então hoje a minha situação de trabalho: tô com carteira de trabalho assinada, meu irmão continua como bolsista e meu marido trabalha como autônomo. (Informação verbal)<sup>13</sup>.

A ausência ou precariedade de trabalho e de renda nos núcleos familiares pode ser identificada, também, nos depoimentos das mulheres que participaram do grupo focal realizado no Bacanga: “Antes de eu cadastrar, meu marido só trabalhava de bico né, eu não trabalhava e era quatro criança pequena, na época.”; “Sim, eu fazia bico e ele (*o companheiro*) as vezes trabalhava de carteira assinada, nem sempre. As vezes ficava desempregado um ano e eu fazendo bico e recebendo, né.” (Informações verbais)<sup>14</sup>.

São grupos familiares compostos por pessoas que vivem a situação de insegurança de renda, praticamente durante toda a sua trajetória de vida, mas

<sup>12</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do Grupo Focal (GF) do CRAS Vila Bacanga.

<sup>13</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Vila Bacanga.

<sup>14</sup>Depoimentos retirados da entrevista com RFs do GF do CRAS Vila Bacanga.

principalmente são pessoas que lutam permanentemente pela melhoria dessas condições, enfrentando cotidianamente a incerteza do trabalho, do bico que poderá surgir, ou não, no dia seguinte ou da renda, também incerta, que a atividade realizada de forma autônoma poderá lhes render.

O valor da Carteira de Trabalho assinada, expresso nas falas das mulheres durante os diálogos estabelecidos, evidenciou a segurança que o trabalho formal lhes possibilitaria em razão das garantias dos benefícios financeiros e sociais; estabilidade no emprego; aposentadoria; vale transporte; 13º salário; férias remuneradas; repouso semanal remunerado; seguro-desemprego, para trabalhadores com mais de 06 (seis) meses de carteira assinada, constituindo-se como mediação para a autonomização das famílias e das mulheres.

Constatou-se que o benefício monetário que a família passou a receber, quando inserida no PBF constituiu-se em importante complemento aos baixos rendimentos conseguidos em atividades instáveis, senão a única fonte de renda garantida mensalmente, haja vista a imprevisibilidade das atividades que desenvolviam, conforme identificado no seguinte depoimento: “Eu já contava que tal dia eu ia receber o dinheiro, eu já podia comprar alguma coisa que precisava em casa, para mim, para as crianças.” (Informação verbal)<sup>15</sup>.

Essa afirmação é ratificada por uma técnica do CRAS da Liberdade, quando faz o seguinte relato:

Tem família que não tinha nenhuma renda fixa, o mês garantido, aquilo ali todo mês! O Programa ajudou muito mesmo essas famílias. Tem família que você chegava pra visitar que não tinha sequer [...] A comida do dia! Tu vias a criança chorando [...] Olhava pra um lado e pro outro e não via nada [...] Saía de lá sensibilizada com a situação da pessoa de não ter nada mesmo. Quando voltava depois de algum tempo que ela já está recebendo o benefício, você já vê alguma coisa, algumas se alimentam melhor [...] Já compraram televisão, alguma roupa, enfim [...] A renda delas melhorou, tem aquele valor garantido todo mês, ainda que seja pouco. (Informação verbal)<sup>16</sup>.

Apesar de algumas mulheres também destacarem que o valor do benefício era pequeno, sobretudo aquelas que acessaram o programa municipal Bolsa Escola cujo valor transferido, à época, correspondia a meio Salário Mínimo, outras afirmaram que o valor já ajudava nas despesas da casa, conforme se pode constatar no depoimento:

<sup>15</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS da Liberdade.

<sup>16</sup>Depoimento retirado da entrevista com Técnicas do CRAS da Liberdade.

[...] era um dinheirinho no dia a dia da gente que já servia para alguma coisa. No início, primeiro eu recebia uns R\$ 70,00 [...] Nos últimos meses eu já recebia R\$102,00 [...] Servia logo para pagar as contas, comprar o gás ou melhorar a alimentação das crianças. (Informação verbal)<sup>17</sup>.

As informações sobre as condições de trabalho e renda contidas nos relatos das mulheres, de modo geral, e, especificamente daquelas sem companheiros (separadas ou viúvas) e das avós e tias que assumiram a criação dos netos e sobrinhos, nas famílias monoparentais<sup>18</sup> chefiadas por mulheres, demonstraram a sobrecarga de responsabilidades com a reprodução do núcleo familiar, com os cuidados com a casa e com as pessoas que ali moram, frente à necessidade de renda para garantir o mínimo para a sobrevivência de todos e todas.

Essa dificuldade em conciliar trabalho remunerado e cuidados com a casa e a família põe em evidência o nível de vulnerabilidade a que estão submetidas as mulheres da classe popular, chefes de famílias. O relato de uma mulher, que participou do grupo focal realizado na Liberdade, traduz claramente esta sobrecarga: “Eu levantava 04h30min. da madrugada pra fazer a comida dele (filho), pra deixar na casa da vizinha, porque eu não tinha com quem ele ficasse.” (Informação verbal)<sup>19</sup>.

Ratifica-se que, para essas mulheres, a responsabilidade em prover as condições materiais e afetivas, que possam assegurar a reprodução do grupo familiar, converte-se em desvantagem para sua inserção qualificada no mercado de trabalho, mesmo para as mais jovens e, sobretudo aquelas com crianças pequenas<sup>20</sup>.

As mulheres são as que sofrem os maiores impactos do desenvolvimento econômico, uma vez que o trabalho reprodutivo está diretamente relacionado com sua inserção precarizada e desigual no mercado de trabalho, o que ajuda a compreender a desigualdade de gênero como parte estruturante do sistema capitalista, sendo funcional a sua continuidade e reprodução.

A oportunidade de vida digna, sob o ponto de vista do usufruto dos direitos sociais, pressupõe que homens e mulheres vivenciem práticas efetivas de

<sup>17</sup> Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS da Liberdade.

<sup>18</sup> No Brasil, a família monoparental é prevista pelo art. 226.º da CF de 1988. No seu § 4.º: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” (BRASIL, 1988).

<sup>19</sup> Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS da Liberdade.

<sup>20</sup> Esta constatação corrobora com o que afirma Goldman (2014, p. 21): “As mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar - o trabalho penoso e mecânico essencial para a família. As responsabilidades domésticas das mulheres impediam-nas de ingressar nos domínios públicos do trabalho, da política e das empreitadas criativas, em pé de igualdade com os homens.”

cidadania, participando da distribuição da riqueza social do seu país. Na sociedade capitalista estas oportunidades têm sido agravadas pelas múltiplas desigualdades por ele engendradas, de forte base econômica, que se expressam de forma mais visível e imediata nas privações de acessos às condições para sobrevivência, se articulando e se fortalecendo nos processos de naturalização das condições sociais de homens e mulheres que integram o contingente de pobres, potencializados também pelas questões de gênero.

Nesse sentido é inegável a contribuição do benefício monetário, transferido pelo PBF, para a provisão de necessidades imediatas de sobrevivência das famílias em situação de pobreza e, sobretudo, daquelas chefiadas por mulheres, quando foram chamadas a assumir a representação legal do benefício junto ao Programa.

Durante o período em que estavam inseridas no PBF, houve pouca melhoria nas condições de trabalho dos núcleos familiares, e, quando ocorreu foi decorrente da inserção de outros membros da família no mercado de trabalho ou da regulamentação trabalhista dos já ocupados, como se pode evidenciar nos relatos: “Trabalhei 13 anos de carteira, 14 porque foi 01 sem carteira né. Foi assinada minha carteira em 1999, mas antes eu já tava na Bolsa Escola né.” (Informação verbal)<sup>21</sup>;

Antes do Bolsa Família, eu trabalhava de faxineira. Durante a permanência no programa, continuei trabalhando com faxina. Quando saí do BF eu já tava trabalhando de carteira assinada. Trabalho em casa de família. A minha patroa assinou minha carteira. (Informação verbal)<sup>22</sup>.

Na análise das técnicas dos CRAS, cerca de somente 15% das famílias, no universo das famílias acompanhadas, tem alcançado ascensão no campo do trabalho. Segundo as mesmas técnicas, isso ocorre em razão da falta de escolaridade adequada, sobretudo dos chefes de famílias, conforme se pode observar no relato de uma técnica do CRAS Bairro de Fátima:

Vamos dizer que 15% das famílias que estão no Programa, durante o Programa tem essa ascensão, não todas, por n dificuldades, por questão de não ter o estudo adequado, não ter feito até o ensino médio, já dificulta, mesmo que seja dada essa oportunidade [...] porque o perfil do PRONATEC é a idade, e alguns cursos que exigem alguma escolaridade, mas o mercado de trabalho exige outra coisa: exige o ensino médio completo, na maioria das vezes, então mesmo ela tendo todo esse trabalho que é voltado também pro PBF, ou participado dos nossos grupos, tendo mais informações, nem todo mundo vai conseguir mesmo progredir muito, porque

<sup>21</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS João de Deus.

<sup>22</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Liberdade.

a gente sabe que o progresso se dá também muito através do emprego, da renda do trabalho. (Informação verbal)<sup>23</sup>.

As equipes técnicas consideraram que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011, quando estas famílias que participaram da pesquisa já tinham saído do PBF, criou oportunidades de acessos à qualificação profissional e ressaltaram, também, que a demanda por inscrição para os cursos tem sido expressiva no universo das famílias egressas.

Segundo as técnicas dos CRAS, esse movimento de busca por qualificação demonstra as perspectivas das famílias por mudanças nas condições de vida, por meio do trabalho, o que contraria argumentos de que as famílias do PBF são acomodadas, preguiçosas e só vivem de transferência de renda do Governo Federal. As falas das técnicas dos CRAS, entrevistadas, ilustram esse entendimento:

É importante ir desmistificando o mito de que o Bolsa Família acomoda, as pessoas não querem trabalhar pra não perder, e a gente sabe que ninguém vai deixar um trabalho com todas as seguranças por causa de um valor de benefício pequeno se comparado ao que pode obter em termos de direitos trabalhistas. (Informação verbal)<sup>24</sup>.

Eles estão lutando pelo direito ao trabalho, eles querem ter uma qualificação em qualquer coisa para poder ter um espaço de trabalho. (Informação verbal)<sup>25</sup>.

É muito comum a fala de beneficiárias que afirmam: “[...] ninguém vive só com Bolsa Família, é só um complemento”. (Informação verbal)<sup>26</sup>.

A compreensão e defesa da coordenadora e das técnicas do CRAS da Vila Bacanga e Anjo da Guarda é de que “[...] não se pode culpabilizar a família por não arranjar trabalho, e sim compreender que o mercado de trabalho não gera oportunidade de inserção para todos”. (Informação verbal)<sup>27</sup>.

Outra questão importante a ser ressaltada é que as atividades laborativas exercidas por homens e mulheres, chefes de famílias que participaram da pesquisa, não sofreram significativas alterações ao longo de suas trajetórias de vida e trabalho. De modo geral, as atividades que lhes permitiram auferir renda, permaneceram durante as diferentes fases estudadas, antes, durante e após o

<sup>23</sup>Depoimento retirado da entrevista com Técnicas do CRAS Bairro de Fátima.

<sup>24</sup>Depoimento retirado da entrevista com Coordenadora do CRAS Bairro de Fátima.

<sup>25</sup>Depoimento retirado da entrevista com Técnicas do CRAS Anjo da Guarda.

<sup>26</sup>Depoimento retirado da entrevista com Coordenadora do CRAS Vila Bacanga.

<sup>27</sup>Depoimento retirado das entrevistas com coordenadoras e técnicas dos CRAS Vila Bacanga e CRAS Anjo da Guarda.

desligamento do PBF, oscilando entre momentos em que houve vínculo empregatício e outros em que o trabalho foi informal e, às vezes, temporário.

Essa realidade foi evidenciada em vários relatos, como é possível constatar em alguns: “Sempre trabalhei como pedreiro, trabalhava, ficava desempregado, voltava de novo. Agora estou desempregado, só fazendo bicos. O filho que trabalhava e agora tá desempregado.” (Informação verbal)<sup>28</sup>; “Antes do Bolsa Família era eu que trabalhava. Eu tinha trabalho, mas não era de carteira assinada. Durante o Bolsa Família continuei trabalhando com costura. Depois do Programa continuei também com costura.” (Informação verbal)<sup>29</sup>.

Infere-se, por conseguinte, que as atividades desempenhadas pelas pessoas egressas do PBF não lhes possibilitaram ascensões a postos de trabalho estáveis, com carteira assinada. Em sua grande maioria, permaneceram no mercado informal de trabalho com remuneração baixa e instável, sem alcançar sequer, em consequência, a política de reajuste do salário mínimo vigente no país. A transferência de renda do PBF terminou, em várias situações e momentos, representando não um complemento da renda, mas a principal renda de muitas famílias.

Ao mesmo tempo no processo de exploração/acumulação do capital, onde são exauridas forças e capacidades laborativas dos inseridos no mercado ao longo de sua trajetória de vida, ocasionam, conseqüentemente, menos condições de permanecerem ou retornarem ao mercado, quando saem, ou ainda melhorarem sua renda na medida em que vão envelhecendo.

O adoecimento é muito presente na vida daqueles que atingiram um determinado tempo de trabalho lutando, permanentemente, pela sobrevivência no limite das condições materiais e emocionais para sua reprodução. Essa situação sinaliza que no capitalismo, mesmo num contexto de proteção social, a condição de vida da grande maioria da população segue sendo responsabilidade individual.

### 3.1.1 Impactos da qualificação profissional

Durante a realização das entrevistas com os técnicos e coordenadores dos CRAS, ouviram-se opiniões quanto à realidade das famílias egressas voltarem

<sup>28</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Bairro de Fátima.

<sup>29</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Liberdade.

ao estágio de vulnerabilidade social anterior à inclusão no PBF, em decorrência da inserção precária no mundo do trabalho associada à ausência de qualificação profissional e perda do benefício financeiro do PBF, que se constituía importante segurança de rendimento haja vista sua regularidade.

Ainda que consigam trabalhos formais (com carteira assinada), eles são temporários, o que gera uma oscilação na situação da renda do grupo familiar e que é determinada pelas condições macroeconômicas que impactam permanentemente a vida dos trabalhadores. (Informação verbal)<sup>30</sup>.

O entendimento da entrevistada aponta para a constatação da não permanência das mudanças garantidas pela renda, com o desligamento do PBF, daqueles que não têm asseguradas condições de trabalho digno e remunerado num mercado altamente competitivo e excludente, por essência.

Apesar de a pesquisa, realizada junto aos técnicos e coordenadores dos CRAS, apontar a qualificação profissional como a ação de maior potencial de impacto estruturante na vida das famílias, quando destacaram o PRONATEC<sup>31</sup> como um dos principais programas de qualificação profissional que prioriza o ingresso de famílias do PBF, constatou-se que o mesmo foi pouco acessado pelos chefes de famílias. Isso se explica pela intensa jornada de trabalho desses trabalhadores em busca de rendimentos que garantam as condições de sobrevivência do núcleo familiar e, ainda, pelo baixo nível de escolaridade que possuem.

As mães ressaltaram a importância da qualificação profissional nos moldes em que tem sido desenvolvida, quando possibilita condições de frequência àqueles que precisam se habilitar ao mercado de trabalho e não possuem condições financeiras que assegurem suas participações nos cursos:

Ah, eu acho esses programas muito bom, principalmente o PRONATEC né, agora, esses cursos que vem sendo oferecido, o governo tá praticamente pagando pro jovem estudar. Na nossa época não tinha isso, se na minha época tivesse né [...] com certeza eu tinha tido mais chance né? (Informação verbal)<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup>Depoimento retirado da entrevista com Assistente Social do CRAS Bairro de Fátima.

<sup>31</sup>O PRONATEC foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O PRONATEC busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. De 2011 a 2014, por meio do PRONATEC, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas. (BRASIL, [20--?]b).

<sup>32</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Vila Bacanga.

### 3.1.2 Impactos na educação dos filhos

Ao buscar identificar os possíveis impactos da educação na vida dos membros da família, parte-se da concepção de que as condicionalidades do PBF reforçam o entendimento de que, ao garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola elas desenvolveriam habilidades e competências essenciais para a obtenção de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho. Logo, a perspectiva do PBF é elevar o grau de escolaridade das crianças e adolescentes para aumentar as oportunidades de mobilidade social e ocupacional no futuro.

Pôde-se perceber que a valorização da educação, pelas famílias pobres abrangidas pelo PBF, tem se materializado na matrícula e permanência das crianças e adolescentes na escola, o que tem contribuído para a conclusão do ensino fundamental e prosseguimento no ensino médio. É evidente que a motivação impulsionada pela transferência de renda tem fortalecido esse processo de conclusão de ciclos, entretanto a mobilidade social dele decorrente exige que seja aprimorada a qualidade do ensino oferecido, o que não foi claramente externado por algumas poucas mulheres que falaram sobre a questão.

Para a maioria das técnicas dos CRAS a educação foi considerada como ação de grande potencial de impacto na vida de crianças e adolescentes, contribuindo com a elevação da frequência, redução da evasão escolar e do trabalho infantil, identificado no empenho das mães no sentido de garantir a permanência dos filhos na escola, o que pode ser identificado na seguinte fala:

Outro impacto importante é o número de crianças na escola. O índice de frequência escolar aumentou muito. Então, hoje em dia o número de crianças na rua vendendo coisas é muito menor. Se a gente for fazer uma avaliação e se reportar a 10 anos atrás em relação à quantidade de crianças que estavam em condição de trabalho infantil, hoje é bem menor. Tem ainda? Tem, mas é bem mais reduzido. (Informação verbal)<sup>33</sup>.

Ao realizarem essa análise, as técnicas afirmaram saber que os pais e ou responsáveis se preocupam com o bem-estar dos filhos, com o seu futuro, mas elas percebem, também, que o esforço de cumprimento das condicionalidades tem impulsionado uma melhor frequência das crianças à escola, pela preocupação em não perderem o benefício. Este depoimento, ratificado por outras técnicas, de outros

---

<sup>33</sup>Depoimento retirado da entrevista com técnicas do CRAS Anjo da Guarda.

CRAS, fortalece a concepção do Programa enquanto um importante instrumento de fortalecimento à escolarização de crianças e adolescentes.

Observou-se nas falas das mulheres que, embora a proteção social seja garantida também por meio de programas de transferência de renda, constituindo-se em importante avanço a partir da Constituição Federal de 1988, que extrapola o âmbito do seguro, ela não é assimilada pelas famílias pesquisadas como um direito e sim como uma ajuda do Governo.

Esse fato fragiliza a consciência coletiva e inibe o pleno desenvolvimento das dimensões da cidadania, no universo das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. Percebe-se que o alto grau de destituições, associado à prática histórica de clientelismo e patrimonialismo, presentes na sociedade brasileira, cria uma ambiência diferente daquela em que os sujeitos sociais coletivos assumem seus protagonismos, pautados na participação e na reivindicação ao usufruto dos direitos assegurados legalmente.

### 3.1.3 Impactos na saúde

Em relação aos impactos na área de saúde, observou-se que a preocupação com a saúde dos filhos, manifestada pelas responsáveis familiares durante a permanência no PBF, foram focadas nos aspectos mais imediatos do cumprimento da condicionalidade de saúde, ou seja, o comparecimento à Unidade de Saúde para acompanhamento das vacinas e avaliação nutricional, muito associado ao recebimento da renda transferida pelo Programa.

Evidenciou-se esse fato nas falas das mulheres, em diferentes grupos focais: “Tinha que tá sempre no médico, vacinando as crianças [...] Todos os meus filhos tomavam as vacinas.”; “O programa cobrava e até hoje ainda cobra. Tinha que levar pro médico [...] Se a vacina não estivesse em dia, era até cobrado na escola.”; “Se a criança não levar a carteira de vacinação ou o cartão do SUS pro colégio, eles cortam logo porque a gente não tá cuidando da criança.” (Informações verbais)<sup>34</sup>.

Dentre as entrevistadas, a maioria afirmou que a saúde dos filhos melhorou depois que começaram a receber o benefício do PBF. Além da compra de alimentos e do acompanhamento em casos de doenças na família, foi relatada a

---

<sup>34</sup>Depoimentos retirados das entrevistas com as RFs de diferentes GFs.

inclusão de alimentos não consumidos antes, o que ressalta a importância do poder de compra na melhoria da segurança alimentar e nutricional e consequente melhoria da qualidade da saúde dessas famílias.

Destacam-se algumas falas que representam esse sentimento: “Eu usava o dinheiro na alimentação. Quando eu fui cortada, senti muita falta. Esse dinheiro aliviava muito.”; “Eu comprava merenda, roupa, qualquer coisa que precisasse. Gente, um salário pra passar um mês é difícil. Você não vai comer todo dia arroz e ovo, né? Você quer comer uma coisa boa. A alimentação é cara. Então já ajudava em alguma coisa”; “Pra mim também ajudou bastante, minha filha tinha asma, eu tinha que comprar medicação, o remédio [...], às vezes passava a noite no hospital.”; “As vacina tinham que tá em dia né, aí tinha mais aquela preocupação né. Até pra não perder.” (Informações verbais)<sup>35</sup>.

Percebeu-se que o alimento, associado à compra de medicamentos, materiais escolares e o fardamento, quando a prefeitura ainda não atendia a essa necessidade do aluno, se constituiu em forte suporte do Estado às famílias, possibilitando o atendimento de suas necessidades imediatas com o recurso transferido pelo PBF. Conclui-se, portanto que foi importante a contribuição do Programa para a redução do quadro de pobreza vivido pelas famílias desprovidas de rendas suficientes para atender necessidades básicas e imediatas de suas vidas e pela dificuldade de acessarem serviços e adquirirem produtos necessários ao seu bem-estar.

Entretanto, quando relataram sobre a qualidade dos serviços e do acompanhamento na área de saúde por parte do Programa de Saúde da Família (PSF)<sup>36</sup>, após serem desligadas do PBF, comparando ao período em que estavam inseridas, afirmaram: “Quando eu recebia o Bolsa Família os agentes de saúde me visitavam.”; “Teve mudanças, porque quando eu recebia o Bolsa Família tinha todo mês o pessoal que fazia as visitas e pesava/media. Eles não foram mais depois que

---

<sup>35</sup>Depoimentos retirados das entrevistas com RFs de diferentes GFs.

<sup>36</sup>O PSF foi criado pelo MS, em 1994. Seu principal propósito: reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. A estratégia do PSF prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na unidade básica de saúde ou no domicílio, pelos profissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde) que compõem as equipes de Saúde da Família. Assim, esses profissionais e a população acompanhada criam vínculos de corresponsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento aos problemas de saúde da comunidade. (BRASIL, [20--?]a).

eu fui cortada.”; “Eles iam pra pesar a criança e medir. Aí no caso quando precisava de uma consulta eles marcavam. A gente não ficava naquela fila enorme pra marcar uma consulta como agora.”; “Agora eu tenho que amanhecer no hospital mesmo.” (Informações verbais)<sup>37</sup>.

As falas indicam claramente que, após a saída do PBF, a oferta dos serviços do PSF não ocorreu mais da mesma forma como quando estavam incluídas no Programa e em algumas áreas tornou-se totalmente inexistente, conforme indicado nas seguintes falas: “A agente de saúde agora disse que não tem cobertura na minha rua.”; “Eu até perguntei para a que passa na avenida, qual era a agente que passava na minha rua ela disse que tava sem cobertura.”; “Até isso foi cancelado. Pra marcar a consulta, elas vinham marcavam aí a gente só ia consultar, aí agora não.” (Informações verbais)<sup>38</sup>.

Apesar do objetivo, traduzido na concepção do Programa, com a prevenção e cuidados com a saúde, as análises sobre as condições de acesso das famílias pesquisadas, em São Luís, evidenciaram que as ofertas dos serviços de saúde foram focadas em um determinado tempo, para uma determinada situação ou segmento, por faixa etária, não sendo garantida a sua continuidade nas mesmas condições, após o desligamento das famílias.

### 3.1.4 Impactos de outras ações complementares ao PBF

Constatou-se que o conjunto de ações e programas sociais desenvolvidos nos últimos anos, pelo governo federal, contribuiu para alterar positivamente a vida das famílias, quando inseridas no Programa e mesmo após seu desligamento, haja vista a definição de prioridade de atendimento a este público no âmbito dos programas e projetos governamentais.

Algumas mulheres declararam ter acessado a casa própria, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme depoimento: “Minha mãe e minha irmã foram contempladas com o Minha Casa, Minha Vida.” (Informação verbal)<sup>39</sup>. Além disso, outras famílias relataram estar inscritas e na expectativa de virem a ser contempladas.

---

<sup>37</sup>Depoimentos retirados das entrevistas com as RFs de diferentes GFs.

<sup>38</sup>Depoimentos retirados das entrevistas com RFs de diferentes GFs.

<sup>39</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Bairro de Fátima.

Em relação à aquisição de bens duráveis ou melhorias nas suas moradias, manifestaram a opinião de que o valor transferido não possibilita esse tipo de gasto, mas, ao mesmo tempo, foi possível identificar que um significativo número de famílias teve acesso a equipamentos domésticos, como geladeira e máquina de lavar ou os *tanquinhos*, como mencionado por uma responsável familiar, o que contribui para otimizar o tempo das mulheres quando realizam as atividades domésticas.

A convergência de outras ações complementares à renda, concebidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria<sup>40</sup> e direcionadas prioritariamente ao seu público alvo, contribuiu para impulsionar algumas melhorias na qualidade de vida das famílias pobres, embora ainda careça de ampliação em escala, haja vista o retrato da pobreza no país e no município de São Luís, em particular, do ponto de vista quantitativo e da diversidade e complexidade das privações e negação de direitos.

### 3.1.5 Impactos do desligamento das famílias do PBF

O principal motivo do desligamento da família do PBF, projetado pelo Programa na perspectiva de redução do quadro de pobreza, seria a alteração da renda familiar per capita associada a outras dimensões como educação e saúde que contribuiriam com a autonomização das famílias. A pesquisa revelou, entretanto, que um expressivo número de famílias se tornou egressa sem que tenha sido alterada a situação em que se encontravam antes de entrarem no Programa.

De acordo com os relatos, esse contingente de famílias saiu por motivos<sup>41</sup> diferentes daquele preconizado pelo Programa. Dentre os mais frequentes, identificados nas falas das mulheres, destacou-se a não atualização da revisão cadastral no prazo estabelecido. Outros motivos como decisão judicial e bloqueio de benefício, por descumprimento de condicionalidades, também foram identificados,

---

<sup>40</sup> O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais, por pessoa, e tomou por base três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

<sup>41</sup> O cancelamento de benefícios e o consequente desligamento das famílias beneficiárias do PBF ocorrem motivados por um conjunto de situações, estabelecidas nas normativas do Programa. Ver Portarias GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, complementada e atualizada pelas Portarias GM/MDS nº 344, de 21 de outubro de 2009, e nº. 617, de 11 de agosto de 2010.

embora não verbalizados claramente, mas identificados na lista de egressos fornecida pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS).

Quando perguntadas sobre o motivo pelo qual não atualizaram o cadastro, as razões apresentadas foram diversas, dentre as quais a mais destacada foi a centralização do atendimento em um prédio no centro da cidade, decorrente, segundo a secretária municipal, de dificuldades operacionais com a expansão da internet nos territórios onde estão localizados os CRAS, haja vista a falta de cobertura de sinal compatível, para todos os territórios.

Essa centralização do espaço de atendimento levou as famílias a madrugarem no local para assegurarem a vaga, na esperança de serem atendidas, tornando difícil o acesso a todas pela espera nas filas ou, como algumas expressaram: pelo esforço de repetidas vezes tentarem sem conseguir ser atendidas. Esse fato revela os desafios que a gestão municipal tem enfrentado para assegurar direitos à população, haja vista a diferenciação de realidades nos territórios de abrangência dos CRAS, em São Luís, assim como em todo o território brasileiro<sup>42</sup>.

Quanto à situação da renda familiar, elemento de mais fácil aferição para inserção/desligamento do PBF, constatou-se que algumas famílias conseguiram melhorar a renda familiar durante certo período, em decorrência da inserção dos filhos no mercado de trabalho, mas ocorreu que estes jovens também constituíram família e saíram da casa dos pais, alterando novamente as condições de vida dos que ali permaneceram.

O retorno destes ao PBF ainda é uma questão difícil de ser resolvida, considerando os procedimentos operacionais e os orçamentos disponíveis para tal. Muitas mulheres relataram a tentativa de reinserção ao Programa, sem êxitos. Cadastraram novamente a família, mas não acessam o benefício da renda.

As dificuldades para garantir a sobrevivência se fazem presentes, novamente, no universo dessas famílias que perderam a renda após o desligamento do PBF e, também, para aquelas que se mantêm no limite da renda exigida como critério de acesso, enfrentando os desafios cotidianos da sobrevivência: “Ficou mais

---

<sup>42</sup>Informa-se que, ao final desta pesquisa, dos 20 (vinte) CRAS em funcionamento no município de São Luís, 18 (dezoito) deles já possuem internet e, segundo a secretária, o processo de descentralização do atendimento cadastral faz parte das metas da Secretaria.

difícil a situação né? [...] Ficou mais difícil mesmo!” (Informação verbal)<sup>43</sup>; “Mudou muito, porque a gente já não tem esse dinheirinho que contribuía pra pagar um gás, comprar o pão, pagar o transporte.” (Informação verbal)<sup>44</sup>; “Eu continuo correndo atrás e conseguindo, graças a Deus. Só que faz muita falta aquele dinheiro que já era garantido todo mês. A luta continua!” (Informação verbal)<sup>45</sup>

O critério de desligamento da família do Programa, quando aferida a renda num valor acima da existente quando da sua inserção, desconsidera outras dimensões que compõem a situação de pobreza, para além da renda, como as relações de gêneros, hierarquizadas na sociedade, o nível de escolaridade dos membros das famílias, a não oferta de serviços públicos universais e de qualidade, a falta de participação política nas definições do Programa, a falta de oferta de trabalho a todos que precisam.

De modo geral pode-se afirmar que os depoimentos das mulheres sinalizaram para melhorias em algumas dimensões pesquisadas, enquanto inseridas no PBF, destacando-se maior importância à renda proveniente do benefício, a matrícula e frequência de crianças e adolescentes no sistema de educação, acompanhamento no crescimento e desenvolvimento das crianças, pela política de saúde, e melhoria nas condições nutricionais. No entanto, o mesmo não ocorreu quando foram analisadas as condições atuais, após o desligamento do Programa, considerando que mudanças ocorridas não se mantiveram e a expansão de ações complementares, a partir do Plano Brasil Sem Miséria, não foi suficiente para atender a todos que precisam.

Concordando com Silva (2015, p. 27) quando conclui sobre o resultado da pesquisa: *Os egressos do Bolsa Família no Maranhão: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas:*

Essas mudanças apresentam relativa sustentação somente enquanto as famílias estão inseridas no Programa, enquanto os objetivos estratégicos, que consistem em retirar famílias da situação de pobreza e melhorar suas vidas em questões básicas, entendidos aqui como mudanças duradouras e de longo prazo, não vêm sendo objeto de intervenção nem de avaliação do Bolsa Família.

O estudo também evidenciou que expressivo número de famílias egressas permanecem vivendo a situação de pobreza e ou de extrema pobreza em

---

<sup>43</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS João de Deus.

<sup>44</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Bairro de Fátima.

<sup>45</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Liberdade.

que se encontravam antes de serem incluída no PBF, bem como outras, que saíram por terem melhorado a renda, retornaram às condições de pobreza de outrora. Esta evidência, como afirma Silva (2015, p. 29) quando avalia as condições de vida dos egressos no Maranhão: “[...] desmistifica a ocorrência de autonomia das famílias, enquanto objetivo estratégico preconizado.” pelo PBF.

### **3.2 Os significados sobre a autonomia das mulheres do Programa Bolsa Família (PBF): percurso das mulheres no Programa e após seu desligamento**

Procurou-se identificar se o percurso da mulher no PBF gerou mudanças que tenham contribuído para o seu processo de empoderamento e autonomia por meio da titularidade do cartão de benefícios, associada às diversas ações complementares ao Programa, concebidas e articuladas com o objetivo de reduzir o quadro de pobreza das famílias, e da mulher ao tomá-la como referência.

As concepções de empoderamento e autonomia, referenciadas nesse estudo, se fundamentam em León e Sardenberg. León (1999), quando considera que o empoderamento é pré-condição para que se alcance a equidade social, representando, portanto, um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, pressupõe o enfrentamento das relações de poder estabelecidas, oposições e conflitos.

Ao perguntar às mulheres que participaram dos grupos focais se houve alterações positivas em suas vidas por terem participado do PBF, constatou-se que a titularidade do cartão e a renda transferida potencializaram a capacidade de tomada de decisões significando que, junto às responsabilidades decorrentes da gestão da renda e do cumprimento de condicionalidades, elas sentiram-se valorizadas e reconhecidas em suas capacidades, conforme pode ser constatado nos depoimentos de algumas responsáveis familiares, do grupo focal realizado no Bairro de Fátima: “Era eu que decidia como ia gastar o dinheiro. Eu falava que ia gastar com meu filho.”; “Eu me senti sendo vista pelo Governo Federal, como se eles estivessem dando valor pra gente.”; “Eu me sentia muito importante, né? Era muito gratificante chegar ali todo mês pra receber nosso dinheirinho.” (Informações verbais)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup>Depoimentos retirados das entrevistas com RFs do GF do CRAS Bairro de Fátima.

Ficou inequívoca a importância que a renda exerceu na vida das mulheres e no âmbito doméstico como um espaço de luta para as mulheres protagonizarem novas relações de gênero, que poderão vir a contribuir para a redução das desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade.

Pode-se afirmar que as relações interpessoais, entre marido e mulher, são permeadas por uma hierarquia de poder onde o homem, dentro do ambiente familiar, exerce o poder majoritário, mas a mulher também exerce algum tipo de poder, sobretudo quando tem sob sua gestão recursos que lhe empodera a tomar decisões e ocupar um lugar diferente de outrora, na família. Nesse contexto, a renda transferida para a mulher, de fato, contribuiu para que as mesmas tivessem condições de tomar decisões sem depender exclusivamente do dinheiro originado do trabalho do homem, conforme se pode conferir nos relatos:

Ficar dependendo só de pai, aí não dá certo, não. O menino não tem isso, me dá dinheiro: ah [...] não tenho. Hoje eu não tenho, tô liso. Mas ter dinheiro pra outra tem! Então nós com nosso dinheirinho é bom, eu sei o que eu vou comprar as coisa pra mim, pros meus filhos, pra casa, então pronto né. Ainda dizia assim: não, não preciso não que tal dia o dinheiro do xxxxx vai cair, eu vou buscar o dinheiro do meu filho.

Mas nem todo marido dá dinheiro pra mulher. O meu nunca me deu não, ele compra as coisa pra dentro de casa, mas dar dinheiro, assim? [...] O meu nunca deu! O dinheiro que ele faz dos bicos é ele que recebe. O dinheiro da Bolsa Família é pras criança. (Informações verbais)<sup>47</sup>.

Constatou-se, portanto, que o maior impacto do PBF na vida das mulheres, sobretudo daquelas que não tinham trabalho regular, ocorreu pelo acesso a uma renda em seu nome, o que lhes credenciou a administrá-la a partir dos interesses ou mesmo das necessidades identificadas por elas, possibilitando oportunidades e, conseqüentemente, liberdade de escolhas no universo da aquisição de produtos necessários à manutenção do núcleo familiar e até do pagamento de prestações mensais como o aluguel da moradia, por exemplo. Contribuiu também para melhor percepção sobre as relações de poder instaladas no âmbito familiar.

Quanto a serem as titulares do cartão, foi quase unanimidade o depoimento de que se sentiram felizes em relação ao estabelecimento da prioridade do cartão em seu nome, associando essas falas com alguns fatos que representam conquistas femininas nas últimas décadas: “Antigamente as mulheres não tinham

---

<sup>47</sup>Depoimentos retirados da entrevista com RFs do GF do CRAS João de Deus.

valor. Antigamente não tinham não, era só os homens.” (Informação verbal)<sup>48</sup>; “Só pelo fato de ter uma Governadora mulher, uma Presidente mulher, isso aí tudo levantou nosso astral. Isso mostrou que a gente tem que lutar também.” (Informação verbal)<sup>49</sup>.

Isso é bom. Os homens sempre se acharam muito machões, muito valentes, só eles que querem mandar em casa. Hoje em dia tem muita juíza, muita advogada, eu acho bonito isso. Tem uma presidenta, têm prefeitas, as coisas estão mudando. (Informação verbal)<sup>50</sup>.

Ou seja, as mudanças sociais e políticas que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, a partir da participação da mulher no mundo do trabalho, com crescente inserção profissional, acesso a educação e ao mundo político têm produzido mudanças significativas no campo das ideias das mulheres, em geral, e destas que experimentaram a proteção social do Estado brasileiro. O impacto na sua subjetividade fortaleceu a liberação de sentimentos e posturas, a partir daquilo que possa parecer simples ato de priorizar ou decidir sobre o que desejaram satisfazer, ainda que a partir das necessidades mais urgentes, experimentando graus distintos de poder, haja vista as diferenciações existentes nas relações interpessoais que pode desencadear diferentes níveis de empoderamento e autonomia.

Nesse sentido, e considerando que a pobreza das mulheres decorre e tem sido alimentada, também, por relações desiguais de poder, na família e na sociedade, a conquista de autonomia exige a liberação da sobrecarga, exclusiva, de reprodução e cuidados com a prole e a casa, que contribuem para seu afastamento das atividades produtivas e, conseqüentemente, reforça sua dependência financeira. Assim sendo, a autonomia da mulher tem relação direta com independência financeira e trabalho no mundo público. Pressupõe exercer os direitos reprodutivos e adotar medidas para que participem, em igualdade de condições, na tomada de decisões. Ou seja, pressupõe a reconstrução das relações sociais que estão postas hegemonicamente como relação (hierarquia) de gênero, em nossa sociedade.

Confirma-se que a gestão da renda do PBF impulsionou mudanças de comportamentos, tradicionalmente incorporados pelas famílias, que associados às lutas pelos direitos da mulher, desencadeadas pelos movimentos feministas, têm contribuído para alterações culturais no interior das famílias e entre homens e mulheres, na sociedade contemporânea. Entretanto, essas mudanças não foram

---

<sup>48</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Bacanga.

<sup>49</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Liberdade.

<sup>50</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Bairro de Fátima.

suficientes para alterar as relações que estruturam as desigualdades de gênero no universo das famílias pesquisadas.

Esta análise se fundamenta na perspectiva feminista defendida por León (1999), quando afirma que o empoderamento não implica apenas o exercício ativo de fazer escolhas, mas também de fazê-lo de forma a alterar as relações de poder hierárquicas, entre homens e mulheres, com a participação dos homens.

Ainda que a pesquisa tenha evidenciado um nível de conscientização, por parte da maioria das mulheres, no que diz respeito às relações de gênero, quando seus relatos sobre os companheiros foram de constatação e indignação com o papel que eles continuam a desempenhar na sociedade e, em particular, no âmbito familiar, não foi possível identificar, durante a permanência das famílias no PBF e após seu desligamento, por exemplo, a divisão do trabalho doméstico entre mulheres e homens.

Quando provocadas a responderem sobre a questão constatou-se que, para as mulheres da classe popular, esta é uma contradição que permanece praticamente intocável, ou seja, os afazeres domésticos e a maternagem continuam sendo executados quase que exclusivamente pelas mulheres, mesmo aquelas que também trabalham fora de casa, no trabalho remunerado. A paternagem não foi identificada como compartilhamento de responsabilidades e os homens permanecem, com algumas poucas exceções, assumindo a postura de *ajuda* quando, em momentos pontuais, se disponibilizam a realizar algum cuidado com os filhos e filhas.

Constatou-se que a concepção embutida na afirmação de *ajuda*, em decorrência da necessidade de a mulher trabalhar fora de casa, não é de compartilhamento de responsabilidades. O homem presente no grupo focal realizado no Bairro de Fátima expressou mais claramente essa concepção: “Eu ajudo minha esposa em casa!” (Informação verbal)<sup>51</sup>.

Estas afirmações, tomadas como objetos de reflexão, nos indicam que homens e mulheres ao expressarem e reproduzirem o discurso da ajuda, e não da corresponsabilidade pelas atividades domésticas, reforçam as desigualdades de gêneros no âmbito familiar e na sociedade. A naturalização da divisão sexual do

---

<sup>51</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Bairro de Fátima.

trabalho, construída socialmente por meio de uma cultura patriarcal, segue sendo reproduzida e significa exploração da força-de-trabalho da mulher.

Se não foram alteradas as relações de gênero, pelos próprios sujeitos, a dimensão do PBF voltada para garantir a expansão e acesso aos serviços públicos também não contribuiu para tal alteração. A oferta insuficiente de serviços se apresenta como um dos grandes geradores de dificuldades para a participação das mulheres mais pobres no mercado de trabalho e em processos de qualificação profissional.

É necessário que os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos sejam redistribuídos entre mulheres e homens e essa mudança de mentalidade deve ser estimulada por uma responsabilidade compartilhada entre ambos (paternagem e maternagem). O Estado, igualmente, deve assumir a corresponsabilidade pelo cuidado com as pessoas por meio da disponibilização de equipamentos sociais como creches, cozinhas comunitárias, restaurantes comunitários, casas de acolhida para idosos, transporte escolar etc., serviços que garantam tempo disponível para mulheres e homens dedicarem-se, também, a outras atividades.

Concluiu-se que as famílias que saíram do PBF por motivos diferentes daqueles decorrentes da presumida superação das condições de pobreza, aferida pela renda superior ao valor estabelecido como parâmetro para sua inserção no PBF, e também aquelas que perderam o emprego após o desligamento do Programa, voltaram a vivenciar, em maior ou menor proporção, as condições de privações a que estavam submetidas antes da sua inserção, ficando comprometido, também, o empoderamento alcançado pela mulher com a gestão do benefício.

Assim, e reconhecendo que as potencialidades geradas pelo recebimento da renda monetária, com o aumento da autoestima, o despertar e ou fortalecimento da capacidade de decisão e ação (transformação interna), que podem levar a vencer barreiras externas no acesso a novos recursos materiais e subjetivos, não foram suficientes para garantir a autonomia feminina.

Não se pode negar a força da autogestão e da autoconfiança como instrumentos de libertação. Entretanto, elas só alteram questões estruturais quando utilizadas como sustentação para a ação coletiva. E, embora se identifique o esforço de articulação das políticas públicas em torno do público beneficiário do PBF, o conjunto de ações realizadas está à margem das necessárias mudanças estruturais.

### 3.3 A maternagem e a responsabilidade de acompanhamento das condicionalidades

Na análise desenvolvida, consideram-se as críticas à abordagem instrumental do papel da mulher no campo das políticas de combate à pobreza, levantadas pelo movimento feminista, quando colocam a família como prioridade de intervenção, mas focam na mulher, enquanto mãe e cuidadora, atribuindo-lhe um papel ativo na superação das vulnerabilidades do núcleo familiar, sobretudo das crianças. (CARLOTO, 2006).

Quando se perguntou às mulheres, como percebiam a sua responsabilidade no cumprimento das condicionalidades do PBF, enquanto participaram do Programa, a grande maioria expressou que não teve problemas em cumprir com as exigências das condicionalidades, afirmando que seus filhos estariam na escola independentemente de estarem no PBF, conforme se pode constatar: “Mesmo antes do Bolsa Família, meus filhos sempre iam à escola. E durante o PBF, a minha frequentava a escola. Ela só faltava quando ela adoecia, mas aí a gente levava o atestado.” (Informação verbal)<sup>52</sup>.

Ao tempo em que afirmaram que esta é uma responsabilidade que depende do pai e da mãe, a pergunta foi redirecionada à questão: se havia divisão dos cuidados com os filhos, entre os companheiros, durante o acompanhamento das condicionalidades do PBF. As respostas foram quase que unanimidade quanto à responsabilidade ser cumprida pelas mães, conforme pode ser constatado nas falas a seguir: “Sempre fui eu que fui às reuniões. Em vez de reunião dos pais, podia se chamar reunião das mães, porque só vão as mães.”; “Lá em casa ficou dividido assim: no caso de colégio, é com a mãe. Em caso de marcar consulta ou alimento é com o pai.” (Informações verbais)<sup>53</sup>; “Eu lembro que ele foi uma vez só, que a filha se sentiu mal e eu fui buscar ele lá na esquina.” (Informação verbal)<sup>54</sup>.

À medida que reconheciam a ausência dos companheiros nessa tarefa, expressavam com muita ênfase que os cuidados e acompanhamento das condicionalidades eram cumpridos por elas. Pode-se constatar no depoimento de RFs do GF realizado no Anjo da Guarda e João de Deus: “Geralmente marido não

<sup>52</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS Liberdade.

<sup>53</sup>Depoimentos retirados das entrevistas com RFs do GF do CRAS Bacanga.

<sup>54</sup>Depoimento retirado da entrevista com RFs do GF do CRAS João de Deus.

faz muito isso. Eu não tenho marido, mas quem faz mais são as mulheres”; “Às vezes ele tá em casa, tá desempregado, mas quem vai é a mulher”. (Informação verbal)<sup>55</sup>.

Eu fui sempre interessada por meus menino, mesmo antes de Bolsa Família eu sempre tava no colégio, sempre fui uma mãe presente, sempre os professores me elogiavam muito que eu sempre fui presente. As atividades deles de escola eu ensinava, e tudo, eu sempre fui uma mãe presente, independente de Bolsa Escola ou não, e nunca gostei que eles faltasse de jeito nenhum. Caso de doença, eu ia no colégio falar que eles tavam doente, eu mesmo ia lá, não mandava recadinho, eu sempre tive essa mesma responsabilidade.

Sempre é a mulher que acompanha mais né? Porque o marido sai de manhã só chega de noite né. Eles não faz é nada. É só raiva o que eles faz. Só raiva. Homem só trabalha pra botar o comer em casa. E eles acham que só o trabalho pra botar o comer em casa já é o suficiente. Se não chamar fica tudo na costa da mãe. (Informações verbais)<sup>56</sup>.

Estas falas demonstram o quanto são naturalizadas as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho. A ausência de compartilhamento, pelo companheiro, no cumprimento das condicionalidades reforça a naturalização da divisão de atividades e papéis que desempenham no âmbito familiar e a maternagem, enquanto sentimento de amor e proteção e ao mesmo tempo uma responsabilidade, é fortemente assimilada e reproduzida pelas mulheres no cotidiano do PBF.

Carloto (2006) afirma que esta construção está intimamente ligada à tradicional ausência de participação dos homens nas questões domésticas. No processo de socialização, os homens foram e continuam sendo, em níveis menos elevados, estimulados a manterem-se alheios a tais questões. No entanto, e concordando com León (1999), o empoderamento das mulheres pode liberar e empoderar também os homens no campo material e psicológico, já que lhes permitem novas experiências emocionais e os liberam de estereótipos de gênero.

Ou seja, os processos de empoderamento e autonomia da mulher exigem novos parâmetros nas relações interpessoais, que impulsionem formas de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas entre homens e mulheres.

Constata-se que a relação das famílias, e especificamente das mulheres, com o Estado, passa pela associação destas à maternagem. Enquanto aos homens foi estabelecido o espaço público, da cidadania e do trabalho, às mulheres foi definido o espaço privado, por excelência, a partir de tarefas associadas à

<sup>55</sup>Depoimento retirado das entrevistas com RGs dos GFs do Anjo da Guarda e João de Deus.

<sup>56</sup>Depoimentos retirados da entrevista com RFs do GF do CRAS João de Deus.

reprodução afirmando suas funções maternas e de cuidados familiares. Ou seja, as transformações no contexto das famílias têm ocorrido mais intensamente no que se refere às suas estruturas e composições, pois ainda persiste uma expectativa da sociedade com relação às tarefas e obrigações tradicionais naquilo que se refere aos papéis paterno e, principalmente, materno.

Concordando com Carloto (2006), a reprodução dessa expectativa é reforçada pelo PBF quando a família é identificada pela figura da mulher e não pela figura do homem, ou de ambos, para a gestão das condicionalidades, sendo a mulher considerada com base nas funções maternas, o que aprofunda a concepção do sujeito mulher vinculado à maternagem.

O PBF, expressa, assim, um modo ambíguo de conceber a cidadania das mulheres na medida em que fixa responsabilidades às titulares do Programa considerando sua condição de mãe ou a outras mulheres, quando a maternagem é assumida pelas avós ou tias, definindo os contornos do que Carloto (2006) denomina de uma cidadania fragilizada<sup>57</sup> e sexuada.

Desse modo, a centralidade da família (mulher) na política social apresenta uma dupla dimensão, contraditória: uma de responsabilização e outra que exerce a função de proteção social.

Referenciando-se novamente em Carloto (2006), constata-se que, de fato, não é porque o foco das políticas são as mulheres que haja nelas a perspectiva de gênero. A referida autora reforça a concepção dos movimentos feministas quando considera que as políticas públicas incluem uma perspectiva de gênero quando existe uma vontade explícita, por parte dos gestores públicos, de promover uma redistribuição em termos de destinação de recursos, direitos civis e de participação, posições de poder e autoridade e valorização do trabalho de homens e mulheres.

Nessa perspectiva, o trabalho social desenvolvido junto às famílias não reflete a internalização dessa cultura, na medida em que as atividades e atendimentos individuais e coletivos são majoritariamente dirigidos às mulheres, sem

---

<sup>57</sup>Segundo Carloto (2006), a concepção de cidadania fragilizada parte de uma reflexão crítica sobre as separações entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho. Considera que as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que reduzem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação. A autora reforça o que Soares (2003, p. 91) afirma quanto à manutenção de esse *status* oferecer a elas, e só a elas, “[...] um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem ainda uma relativa autonomia em relação à família”.

abordar as questões e os sujeitos relacionados: homens e mulheres, masculinos e femininos, o que potencializa os cuidados com os filhos como de responsabilidade exclusiva da mulher, expressando omissão de direção quanto a questão de gênero.

As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizaram o benefício para melhoria das condições de vida da família, muito em particular das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar etc. Observou-se que o seu querer, ou o seu desejo, ainda estão permeados pelos valores e crenças, arraigados na cultura da maternidade e da maternagem, e potencializados pela concepção de que o benefício é para as crianças e adolescentes inseridos no PBF.

Esta postura constitui um forte indicador das dinâmicas de poder e de controle estabelecidos entre famílias e instituições que operam o Programa, tanto na aplicação dos recursos quanto no fortalecimento da cultura da maternagem, embora seja apresentada reiteradamente, nos discursos dos agentes governamentais, a perspectiva de valorização e emancipação da mulher.

Ratifica-se aqui o que Carloto (2006) afirma quanto à exigência do reconhecimento da mulher, nos programas sociais, passar necessariamente pela compreensão do seu lugar social como cidadã e não como representante de um núcleo familiar. Para isso torna-se necessário questionar o reforço da cultura sexista e o fortalecimento da subordinação de papéis, na construção e fortalecimento de autonomias, pelo PBF.

#### **4 CONCLUSÃO**

Nesta conclusão tem-se a clareza de que não se esgotam as análises e constatações da realidade, objeto da pesquisa, que tenta traduzir as falas e percepções sobre a trajetória de vidas das famílias, e mulheres, egressas do PBF em São Luís, no Maranhão, e dos sentidos atribuídos por elas a cada questão apresentada relacionando-as, em alguns pontos, com as percepções de técnicos e gestores da Política de Assistência Social (PAS).

Cabe considerar que estas reflexões são finalizadas numa conjuntura política e econômica desfavorável à expansão e aprimoramento do Programa Bolsa família, objeto de estudo, após instalação de um governo que avança em retrocessos dos direitos conquistados com muita luta, por homens e mulheres.

Ainda assim, acreditando na capacidade de mobilização e luta da classe trabalhadora, e tomando como referência o estudo empírico realizado, referenciado em concepções teórico-metodológicas que orientaram as discussões desenvolvidas, merece destaque, como uma das primeiras constatações, o significativo número de famílias egressas mantendo situações de pobreza e de extrema pobreza que viviam antes de serem incluídas no PBF.

Esse fato alerta para a necessidade de acompanhamento das famílias, nos territórios, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social, com ações preventivas e não apenas com intervenções quando já instalada a situação de violação de direitos, e que se apresentou com maior expressividade quando ocorreu descumprimento das condicionalidades. A avaliação de impactos da política pública e do PBF torna-se frágil quando perde-se a possibilidade de acompanhamento das famílias desligadas e a realização de monitoramento sobre indicadores que possibilitem análise da eficácia ou não de sua intervenção.

As equipes consideraram que não há, de fato, acompanhamento de egressos do PBF e que o número de famílias referenciadas a cada CRAS, para atendimento e acompanhamento sistemático àquelas beneficiárias, nos territórios, é muito grande em relação ao tamanho das equipes de referência existentes, além de que outros programas, projetos e ações são executados pelas mesmas equipes. Essa situação aponta para a necessidade de revisão de competências das equipes e estabelecimento de quantitativos de famílias a serem acompanhadas, e, conseqüente ampliação dos quadros de técnicos considerando o quantitativo de famílias vivendo situações de vulnerabilidades e riscos nos referidos territórios.

O estudo revelou que a trajetória de trabalho dos chefes de famílias e, particularmente, das mulheres, antes, durante e após o desligamento do PBF foi pouco alterada, haja vista a permanência em atividades informais, de natureza precária, configuradas pela instabilidade e baixa remuneração, mesmo quando inseridos no mercado de trabalho formal.

As mulheres, em sua grande maioria, permanecem realizando trabalho doméstico remunerado, ou como diaristas, fazendo faxinas, lavagem de roupas, vendendo lanches, cosméticos, etc. Por conseguinte, essas famílias são constituídas por homens e mulheres que vivem, cotidianamente, as inseguranças decorrentes das atividades incertas - dos bicos ou dos trabalhos denominados autônomos, sem vínculo com a previdência social.

Esses grupos familiares que vivem a situação de insegurança de renda, praticamente durante toda a sua trajetória de vida, são constituídos de pessoas que lutam permanentemente pela melhoria dessas condições, o que desmistifica as afirmações preconceituosas sobre o perfil dos pobres como preguiçosos e acomodados e que não querem mais trabalhar, apenas viver da transferência de renda do Governo Federal.

Para as mulheres do PBF, além da baixa escolaridade, o trabalho reprodutivo permanece relacionado com sua inserção precarizada e desigual no mercado de trabalho, o que ajuda a compreender a desigualdade de gênero como parte estruturante do sistema capitalista e da forma hierarquizada das relações de gênero fundada no patriarcado. A regularização de algumas trabalhadoras domésticas representou um avanço sob o ponto de vista da cobertura de direitos previdenciários e da renda regular e mensal, consequência das lutas por direitos desencadeadas nos últimos anos que culminaram com importantes e recentes transformações do ponto de vista legal e jurídico.

A renda que a família passou a receber, quando inserida no PBF, constituiu-se em importante complemento aos ínfimos rendimentos conseguidos em atividades instáveis, senão a única fonte de renda garantida mensalmente. Esse fato foi destacado como o maior impacto imediato do Programa, tanto pelas mulheres como pelas técnicas dos CRAS e pela gestora, considerando que, de fato, contribuiu para o alívio imediato das condições de destituições materiais, principalmente no que se refere às necessidades básicas de alimentação, material escolar, e de atendimento às crianças e adolescentes, principalmente.

Quanto ao desligamento do Programa, expressivo número de famílias tornou-se egressa em decorrência da não atualização cadastral, pelas dificuldades de deslocamento e do atendimento centralizado e, outras, pelo somatório das rendas com quem as acolheram em seu domicílio e as protegeram quando se encontraram em situações de vulnerabilidades em decorrência de separações ou morte de um de seus componentes, sendo desconsideradas as estratégias de proteção a riscos, desenvolvidas solidariamente entre familiares.

O Governo Federal criou oportunidades mais amplas de acessos à qualificação profissional, com o PRONATEC, em 2011, e a demanda por inscrição para os cursos tem sido grande no universo das famílias egressas. A busca por informações é realizada por todos, nas diferentes faixas etárias, mas há maior

incidência de pré-inscrição pelos jovens que buscam uma primeira oportunidade de trabalho ou que já estiveram inseridos e tentam retornar ao mercado de trabalho.

A qualificação profissional foi pouco acessada pelos chefes de famílias, haja vista sua intensa jornada de trabalho em busca de rendimentos que garantam as condições de sobrevivência do núcleo familiar e, especialmente pelas mulheres adultas, mães, haja vista a dificuldade de participação em decorrência das cargas horárias e períodos de oferta dos cursos não serem compatíveis com as atividades domésticas e de cuidados com a prole.

Quanto à educação, tendo em vista a perspectiva do PBF em elevar o grau de escolaridade das crianças e adolescentes para aumentar suas oportunidades de mobilidade social e ocupacional no futuro, a valorização da educação pelas famílias do PBF se materializou na matrícula e permanência das crianças e adolescentes na escola, o que contribuiu para a conclusão de ciclos de ensino, bem como possivelmente tenha impactado positivamente na diminuição do trabalho infantil no município. Entretanto, a mobilidade social dele decorrente exige que seja aprimorada a qualidade do ensino ofertado, considerando que o maior desafio da educação, já não se constitui mais o acesso à escola, posto que já esteja praticamente universalizado para a faixa de até 14 anos.

Há que se atentar para a qualidade do ensino enquanto formadora de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. A noção de educação como um direito e uma necessidade para a inserção qualificada no mundo do trabalho deve também dar conta das diferenças entre as faixas etárias, destacado que, para os adolescentes, por exemplo, a dificuldade em se manter na escola é maior, considerando a perda de interesse pelos conteúdos e métodos ou pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho.

Os impactos na área de saúde foram evidenciados em menor intensidade. A presença nos postos de saúde, a realização do pré-natal, a pesagem e medição de crianças pequenas ocorreram durante a permanência no PBF. A saúde das crianças melhorou após inclusão no PBF, segundo depoimento das mães.

Além da compra de alimentos e do acompanhamento em casos de doenças na família, foi relatada a inclusão de alimentos não consumidos antes, o que ressalta a importância do poder de compra na melhoria da segurança alimentar e nutricional e conseqüente melhoria da qualidade da saúde dessas famílias. Porém, após o desligamento, as famílias ficaram sem a mesma cobertura de atendimento e

acompanhamento, do ponto de vista da prevenção a doenças. A oferta dos serviços de saúde não ocorreu mais da mesma forma como quando estavam incluídas e, em algumas áreas, tornou-se muito limitada.

A pesquisa aponta alguns indicativos de como o PBF têm contribuído para a redução do quadro de pobreza, enquanto as famílias estão inseridas no Programa, mas esses indicativos não podem ser considerados efeitos exclusivos do PBF, haja vista as ações convergentes do Plano Brasil Sem Miséria e de programas e projetos em desenvolvimento, nos três níveis de governo, além de diversas outras intervenções, na economia e no campo social, com prioridade de atendimento ao público do PBF.

Dentre os impactos identificados estão o acesso à documentação, à conta bancária, ao comércio, à qualificação profissional, mais intensamente acessada pelos jovens, o acesso a eletrodomésticos da linha branca e o acesso à casa própria, embora em escala reduzida se comparada ao universo de famílias atendidas e cadastradas pelo PMCMV. Dessa forma, o Programa representou um suporte do Estado às famílias no atendimento de necessidades básicas e imediatas.

De modo geral, pode-se afirmar que os depoimentos das mulheres sinalizaram para melhorias em algumas das dimensões pesquisadas, enquanto inseridas no PBF, registrando-se certo regresso após o desligamento das famílias do Programa.

Embora, como já dito, o PBF não tenha sido desenhado para alterar as questões que permeiam as relações de gênero, particularmente aquelas ligadas às relações entre homens e mulheres, sua concepção de pobreza se fundamenta na articulação de ações que impactem a vida das famílias e das mulheres nelas inseridas, a partir de políticas estruturantes, como educação e saúde, e ainda prioriza a mulher como referência para o recebimento do benefício. No âmbito das políticas públicas, transversalizadas pela questão de gênero, o Governo Federal tem destacado a mulher como sujeito a ser empoderado, no sentido de contribuir com a superação das históricas exclusões e opressões por elas sofridas.

Sem dúvidas, o percurso da mulher no PBF gerou mudanças que contribuíram para o seu processo de empoderamento, na medida em que a renda influenciou a tomada de decisões e desvelou o âmbito doméstico como um espaço de luta para as mulheres protagonizarem novas relações de gênero, que poderão contribuir com a redução das desigualdades entre homens e mulheres. A titularidade

do cartão as empoderou, haja vista sentirem-se valorizadas pelo Estado, reconhecidas na sua capacidade de contribuir com as condições de vida da família, principalmente dos filhos.

O sentimento de valorização e elevação da autoestima impulsionou atitudes diante da família e da sociedade, antes tímidas ou invisíveis, como a tomada de decisão quanto aos gastos dos recursos, a relação de maior poder com o comércio, com o banco, com os filhos e com o próprio companheiro.

O impacto na sua subjetividade fortaleceu sentimentos e posturas, a partir daquilo que possa parecer simples ato de priorizar ou decidir sobre o que desejaram satisfazer, o que poderá contribuir para desencadear diferentes níveis de empoderamento e autonomia. Reconhece-se que as potencialidades geradas pelo recebimento da renda monetária, com o aumento da autoestima, do fortalecimento da capacidade de decisão e ação, podem levar a vencer barreiras externas no acesso a novos recursos materiais e subjetivos, mas não foram suficientes para alterar as relações de gênero.

Apesar de as mulheres afirmarem que as condicionalidades não representaram sobrecarga a elas, consideradas estas como uma responsabilidade dos pais, o PBF foca, de fato, na mulher, enquanto mãe e cuidadora, com um papel ativo na superação das vulnerabilidades do núcleo familiar, sobretudo das crianças. Nesse sentido, conclui-se que as responsabilidades atribuídas às mulheres, pelo PBF, reforçam os papéis já cristalizados na sociedade, e particularmente na subjetividade das mulheres, associada a uma suposta essência feminina onde lhes cabe o trabalho na esfera doméstica e o cuidado e educação dos filhos.

Assim, confirma-se que a gestão da renda do PBF impulsionou algumas mudanças de comportamentos, tradicionalmente incorporados pelas famílias, mas essas mudanças não foram, e não são suficientes para alterar as relações que estruturam as desigualdades de gênero, no capitalismo.

Obviamente ainda há muito a se pensar, elaborar e debater sobre as políticas públicas de combate a pobreza e seus impactos. A introdução da perspectiva das mulheres como um sujeito e como categoria de gênero no âmbito dessas políticas não tem sido um processo fácil, o que torna ainda mais necessário o debate e a avaliação crítica das experiências existentes no sentido de fortalecer a construção de políticas voltadas à superação das desigualdades de gênero, no contexto do enfrentamento à pobreza.

Conclui-se que, para que as políticas públicas contribuam com a autonomia das famílias e das mulheres, e permitam o acesso mais igualitário ao mercado de trabalho e a condições dignas de salário e emprego, torna-se necessário ampliar e universalizar os acessos aos serviços públicos, com qualidade, e intervir sobre as relações tradicionalmente constituídas a partir dos papéis concebidos para homens e mulheres, no sentido de transformá-los com base na equidade de oportunidades e responsabilidades.

E, por último, espera-se que este estudo permita novas reflexões acerca das relações sociais e sexuais, nas políticas sociais, bem como as falas dos sujeitos pesquisados e as reflexões apresentadas se constituam instrumento de luta na formulação de políticas de proteção social que contribuam para a inserção de homens e mulheres, como sujeitos de direitos, ao usufruto de uma vida digna com liberdade e equidade de oportunidades. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de ir além das políticas sociais, sem desconsiderar sua importância na vida das mulheres, articulando as lutas por liberdade, tendo como horizonte a construção de um projeto societário inclusivo de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: PEREIRA DE MELO, H.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago de Chile: CEPAL, jun. 2005. p. 43-76. (Série Mujer y Desarrollo. n. 66).

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O Brasil sem miséria no seu município**. Brasília, DF, abr. 2013a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O Brasil sem miséria no seu município**. Brasília, DF, abr. 2016. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <[www.brasilsemiseria.gov.br/](http://www.brasilsemiseria.gov.br/)>. Acesso em: 27 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Portal da Saúde. **Equipe de Saúde da Família**. Brasília, DF, [20--?]a. Disponível em:<[http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp\\_como\\_funciona.php?conteudo=esf](http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf)>. Acesso em: 1 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Pronatec**. Brasília, DF, [20--?]b. Disponível em:<[www.pronatec.mec.gov.br](http://www.pronatec.mec.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2016.

CARLOTO, C. M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, p. 139-155, jul. 2006.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo**. São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 1998. (Relatório de pesquisa, n. 18). Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

GOLDMAN, W. **Estado, mulher e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo, Iskra Edições, 2014.

GOMES, A. G.; CARLOTO, C. M. Geração de Renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 105, p. 131-145, 2011.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEÓN, M. Poder y empoderamiento de las mujeres. **Región y Sociedad**, Bogotá, v. XI, n. 18, 1999. Disponível em:<<http://www.codajic.org/sites/>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

MACHADO, L. Z. **Perspectiva em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília, DF, 2000. (Série Antropologia, v. 284). Disponível em:<[www.bibliotecafeminista.org.br/index](http://www.bibliotecafeminista.org.br/index)>. Acesso em: 1 mar. 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – PROJETO TEMPO, 1., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: NEIM/UFBA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

SILVA, M. O. da S. e. (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Os egressos do Bolsa Família no Maranhão: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas**. São Luís, 2014b. Projeto de pesquisa apresentado e aprovado por meio da chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI n. 24/2013.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pobreza e Políticas Públicas de enfrentamento à Pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2013b.

\_\_\_\_\_. Os egressos do Bolsa Família: Quem são? Onde estão? Como vivem? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2015. Contém resultados parciais da pesquisa: Os egressos do Bolsa Família no Maranhão: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas. Trabalho apresentado na Mesa Redonda 24 - Programa Bolsa Família: avanços alcançados, desafios colocados.